

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ruas Invest Participações S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Ruas Invest Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ruas Invest Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ruas Invest Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na nota 12 às demonstrações financeiras, a sociedade controlada Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. possui registrado em seu passivo não circulante empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem o atingimento de certos índices financeiros periódicos, sendo que o não atingimento desses índices faz com que os seus pagamentos possam ser exigidos imediatamente. A controlada possui pleito em andamento junto a seu credor, mas até a data dessas demonstrações financeiras não obteve a renúncia dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices em 31 de dezembro de 2019. Dessa maneira, os saldos de empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante nas demonstrações financeiras consolidadas, no montante de R\$ 121.282 mil, deveriam ter sido reclassificados para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2019.

Em 15 de agosto de 2019, a sociedade investida CAIO Induscar – Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado acerca do crédito decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, consistente com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, de 15 de março de 2017. Dessa forma, é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos decorrente desse tema e, portanto, com base nas diretrizes do Pronunciamento Técnico “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, o respectivo crédito tributário e seus reflexos tributários deveriam ter sido contabilizados nas demonstrações financeiras da referida investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A administração da sociedade investida suportada por seus consultores jurídicos, decidiu não efetuar o registro contábil desse ativo e seus reflexos tributários em suas demonstrações financeiras. Entretanto, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação as bases que suportam os valores estimados desse ganho tributário. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos nos saldos de investimentos, na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2019, bem como no resultado de equivalência patrimonial no exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas em 26 de julho de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

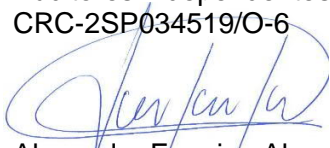
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-1SP211793/O-5

Ruas Invest Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.561	8.744	38.251	20.375
Títulos e valores mobiliários	23	12.300	-	19.464	-
Contas a receber de clientes	5	2.292	2.369	40.902	33.728
Impostos a recuperar		832	2.299	1.477	3.733
Empréstimos - partes relacionadas	6	1.402	14.677	-	13.380
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	2.973	2.146	2.973	2.146
Outras contas a receber	9	24.499	4.341	26.742	4.798
Total do ativo circulante		72.859	34.576	129.809	78.160
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	26.979	31.194
Empréstimos - partes relacionadas	6	2.507	41	2.507	41
Impostos a recuperar		-	-	103	211
Outras contas a receber	9	157.912	143.723	157.912	143.723
Títulos e valores mobiliários		-	9.875	-	16.382
Investimentos	7	387.623	337.952	372.389	336.136
Imobilizado	10	19.989	26.033	139.234	151.673
Intangível	11	187.430	197.494	219.219	228.734
Total do ativo não circulante		755.461	715.118	918.343	908.094
Total do ativo		828.320	749.694	1.048.152	986.254

Ruas Invest Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	25.459	9.853
Empréstimos e financiamentos	12	18.185	40.312	62.120	80.141
Impostos e contribuições a recolher		38	357	6.837	4.382
Obrigações sociais e trabalhistas		16	22	4.465	5.366
Dividendos e juros sobre o capital próprio		25.042	11.970	25.042	11.970
Provisões	14	-	-	6.689	15.505
Adiantamento de clientes		-	-	2.433	7.008
Receitas diferidas		-	-	490	-
Arrendamento a pagar		-	-	1.119	-
Outras contas a pagar	13	1.110	153	1.110	2.038
Total do circulante		44.391	52.814	135.764	136.263
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	123.609	105.437	244.891	270.947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	45.892	45.892	45.892	45.892
Empréstimos - partes relacionadas	6	-	-	1.744	1.678
Provisão para perdas em investimentos	7	14.287	22.777	14.287	12.030
Provisão para contingências	14	-	4.038	-	4.038
Arrendamento a pagar		-	-	1.576	-
Total do não circulante		183.788	178.144	308.390	334.585
Total do passivo		228.179	230.958	444.154	470.848
Patrimônio líquido					
Capital social	15	371.000	371.000	371.000	371.000
Reserva de lucros		228.009	147.474	228.009	147.474
Ajuste de avaliação patrimonial		1.132	262	1.132	262
Total do patrimônio líquido		600.141	518.736	600.141	518.736
Participação dos não controladores		-	-	3.857	(3.330)
Total do patrimônio líquido		600.141	518.736	603.998	515.406
Total do passivo e do patrimônio líquido		828.320	749.694	1.048.152	986.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	1.869	-	187.840	168.248
Custos dos serviços prestados	17	-	-	(83.412)	(78.253)
Lucro bruto		1.869	-	104.428	89.995
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(19.452)	(13.636)	(41.333)	(37.774)
Despesas com vendas		-	-	(18.685)	(16.326)
Outras receitas operacionais	19	3.377	2.873	3.377	2.873
Outras despesas operacionais	19	(12.609)	(10.393)	(12.609)	(10.393)
Resultado de equivalência patrimonial	7	134.427	73.196	110.690	56.717
Resultado operacional		107.612	52.040	145.868	85.092
Receitas financeiras	20	32.172	9.652	33.838	10.797
Despesas financeiras	20	(34.342)	(12.369)	(51.167)	(31.255)
Resultado financeiro, líquido		(2.170)	(2.717)	(17.329)	(20.458)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		105.442	49.323	128.539	64.634
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	-	-	(11.695)	(5.033)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	-	-	(4.215)	(5.517)
Lucro líquido do exercício		105.442	49.323	112.629	54.084
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				105.442	49.323
Participação dos não controladores				7.187	4.761
				112.629	54.084
Resultado básico e diluído por ação	15	0,28	0,13		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		105.442	49.323	112.629	54.084
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	23	3.308	1.181	3.308	1.181
Participação no resultado abrangente da investida	7	(2.438)	(3.944)	(2.438)	(3.944)
Total do resultado abrangente		106.312	46.560	113.499	51.321
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				106.312	49.323
Participação dos não controladores				7.187	4.761
				113.499	51.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		371.000	7.301	13.480	3.025	89.084	483.890	(8.091)	475.799
Resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.323	49.323	4.761	54.084
Mudanças no valor justo dos ativos disponíveis para venda	23	-	-	-	1.181	-	1.181	-	1.181
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	(3.944)	-	(3.944)	-	(3.944)
Total dos resultados abrangentes do exercício		-	-	-	(2.763)	49.323	46.560	4.761	51.321
Destinação:									
Dividendo mínimo e obrigatório	15	-	-	-	-	(11.714)	(11.714)	-	(11.714)
Constituição de reserva		-	2.466	35.143	-	(37.609)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		371.000	9.767	48.623	262	89.084	518.736	(3.330)	515.406
Ajuste do exercício anterior		-	-	-	-	135	135	-	135
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	105.442	105.442	7.187	112.629
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	3.308	-	3.308	-	3.308
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	(2.438)	-	(2.438)	-	(2.438)
Total dos resultados abrangentes do exercício		-	-	-	870	105.577	106.447	7.187	113.634
Destinação:									
Dividendo mínimo e obrigatório	15	-	-	-	-	(25.042)	(25.042)	-	(25.042)
Constituição de reserva		-	5.272	75.263	-	(80.535)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		371.000	15.039	123.886	1.132	89.084	600.141	3.857	603.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	105.442	49.323	128.538	64.634
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(134.427)	(73.196)	(110.690)	(56.717)
Depreciação/amortização	16.108	16.108	27.814	27.653
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	17.538	4.964	32.862	23.225
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros	(14.845)	(2.479)	(13.011)	(2.186)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(273)	147
Receita diferida	-	-	490	(387)
Resultado da baixa e venda do ativo imobilizado e intangível	-	-	4.039	157
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(1.073)
Provisões diversas	-	-	(8.816)	(173)
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber	77	-	(6.901)	(3.955)
Impostos a recuperar	1.467	(881)	2.364	1.499
Outros ativos	(17.828)	(144.052)	(19.614)	(142.925)
Títulos e valores mobiliários	(2.425)	-	(3.082)	(6.424)
Fornecedores e contas a pagar	-	-	15.606	(1.111)
Obrigações sociais e trabalhistas	(6)	22	(901)	191
Impostos e contribuições a recolher	(319)	191	(181)	(941)
Provisão para contingências	(4.038)	-	(4.038)	-
Adiantamento de clientes	-	-	(4.575)	6.064
Outras contas a pagar	1.946	(13.935)	61	(13.972)
Caixa aplicado nas operações	(31.310)	(163.926)	39.692	(106.294)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(9.059)	(4.034)
Juros pagos	(8.296)	(10.335)	(23.292)	(27.980)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(39.606)	(174.261)	7.341	(138.308)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(5.774)	(7.351)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(518)	(1.612)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	-	243
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(12.622)	(2.465)	(12.622)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	12.578	37.855	13.380	37.855
Aquisição de participações societárias	(1.460)	-	(1.460)	-
Aumento de capital nas investidas	(4.094)	(20.073)	(3.667)	(20.073)
Dividendos recebidos das investidas	77.565	74.835	77.565	74.835
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	84.589	79.995	77.061	71.275
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	44.304	145.056	44.304	147.147
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(57.500)	(56.406)	(97.951)	(74.721)
Amortização de arrendamentos	-	-	(911)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(11.970)	(3.665)	(11.970)	(3.665)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	370
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	(25.166)	84.985	(66.528)	69.131
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	19.817	(9.281)	17.876	2.098
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.744	18.025	20.375	18.277
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	28.561	8.744	38.251	20.375
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	19.817	(9.281)	17.876	2.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

Controladas	Participação em 2019	Participação em 2018
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	76,35%
OTIMA Brasil S.A.	100%	100%

Conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócio-quotistas, independente do percentual de participação.

1.1. Principais eventos ocorridos durante 2019

O Consórcio ViaMobilidade - Linha 15, formado pela CCR e pela RuasInvest, venceu a licitação de concessão da linha 15-Prata do Metrô de São Paulo, para operação de monotrilho, em leilão realizado em 11 de março de 2019.

O valor do contrato é estimado em R\$4,7 bilhões, o que corresponde à soma das receitas tarifárias de remuneração e de receitas não operacionais, como exploração comercial de espaços livres nas estações. Ao longo de todo o prazo da concessão o concessionário deve investir R\$345 milhões no ramal.

O trecho terá 11 estações de Vila Prudente a Jardim Colonial: Vila Prudente, Oratório, São Lucas, Camilo Haddad, Vila Tolstói, Vila União, Jardim Planalto, Sapopemba, Fazenda da Juta, São Mateus e Jardim Colonial.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Renegociação dos Empréstimos - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

A Controlada Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. possui pleito em andamento com a instituição financeira credora Caixa Econômica Federal ("CEF"), iniciado em setembro de 2019, onde estão sendo negociados os seguintes termos ao contrato de financiamento:

1. *Standstill* na parcela vincenda em 17 de dezembro de 2020 que será diluída ao longo do contrato de financiamento;
2. Não execução das garantias dos acionistas pelo inadimplemento aos *covenants* estabelecidos pelo contrato de financiamento;
3. Concessão do *waiver* em relação aos *covenants* estabelecidos no contrato, sendo: saldo da conta reserva e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,3 em 31 de dezembro de 2019;
4. Não recomposição da conta reserva durante o exercício de 2020, e composição equivalente a 1/6 ao mês, a partir de 31 de janeiro de 2021; e
5. *Waiver* ao descumprimento do *covenant* contratual do ICSD em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 igual ou superior a 1,3.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a controlada não obteve resposta formal (*waiver*) em relação ao pleito solicitado, dada sua complexidade, e o mesmo permanece em análise na CEF.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 08 de setembro de 2020.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, consiste no montante ser ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Moeda estrangeira

2.2.2.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.2. Moeda estrangeira--Continuação

2.2.2.2. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.14.

2.3. Base de consolidação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.1. *Participação dos acionistas não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.3.1.2. *Controladas*

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.2. *Controladas--Continuação*

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

2.3.1.3. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto--Continuação*

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.1.5. *Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.5. *Coligadas--Continuação*

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada)

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Aeronave	10
Veículos	5
Abrigos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Softwares--Continuação

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos--Continuação

Empresa como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.10. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Reconhecimento de receita

A principal receita do Grupo (consolidado) é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos abrigos de ônibus instalados, através de suas controladas. A receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante. Em alguns casos a Companhia efetua também a modalidade de receita via permuta, eliminando o saldo a receber em troca de serviços prestados registrados, os quais são reconhecimentos como despesa quando incorridos.

Em determinadas vendas as agências publicitárias atuam como “agente” negociando a transação entre anunciante e a Companhia, para esses casos, a comissão devida a essas agências é registrada como custo das vendas.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comissão no agenciamento de comercialização de veículos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia (controladora) não constituiu o imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, devido não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

2.14 Estimativas e premissas críticas.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para manutenção corretiva (Nota 15), detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - O julgamento envolve a avaliação de perda esperada para cada cliente, considerando o andamento das negociações para títulos vencidos, assim, a provisão calculada é ajustada para refletir as perdas prováveis avaliadas pela Administração (Nota 5).

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14 Estimativas e premissas críticas--Continuação

- Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e conseqüentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios. O direito de outorga é amortizado no período do contrato de concessão, bem como marcas e patentes; e
- Provisão para manutenção corretiva - Para suportar seu reconhecimento e manutenção dos saldos de provisão para manutenção corretiva, a Administração realiza inspeção física de seu acervo em periodicidade anual e avalia o estado de deterioração dos equipamentos. A provisão é calculada e ajustada para refletir a necessidade de troca desses equipamentos, essencialmente vidros (Nota 11).

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Novas normas alterações e interpretações de normas existentes que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019

3.1. Transição de normas

3.1.1. CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

Principais pontos introduzidos pela norma - vigência em 1º de janeiro de 2019

O Grupo, a partir de 1º de janeiro de 2019, adotou o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. O direito de uso foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A informação comparativa apresentada para 31 de dezembro de 2018 segue o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada. A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Empresa reconheceu novos ativos e passivos para as classes de contrato de aluguel de imóveis. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis:

Arrendamento. Definição CPC 06 (R2)

A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Agora, de acordo com o CPC 06 (R2), considera arrendamento todo contrato que lhe transfere o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período, mediante um pagamento mínimo garantido. Diante do exposto, os contratos de aluguéis de imóveis foram contabilizados como arrendamentos.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Transição de normas--Continuação

3.1.1. CPC 06 - Arrendamento Mercantil--Continuação

Arrendamento. Definição CPC 06 R2--Continuação

A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros dos empréstimos da Companhia (taxa nominal de 8,33% a.a.); e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para bens de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, ou ainda aqueles cuja determinação do valor mínimo garantido não pôde ser mensurado com razoável segurança. A depreciação do direito de uso foi registrada como despesa de acordo com a efetiva utilização do ativo.

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. A Companhia não identificou reflexos materiais da adoção em suas demonstrações financeiras.

Os impactos da adoção dessa nova norma de arrendamento estão divulgados na Nota 11.

3.1.2. ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a Companhia considera tratamentos fiscais incertos separadamente;

As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Transição de normas--Continuação

3.1.2. ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro--Continuação

Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e consideram a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda.

A Companhia avaliou o ICPC 22 e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.

3.1.3. Novas normas alterações e interpretações de normas vigentes após 31 de dezembro de 2019

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPCs.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- CPC 50 Contratos de Seguros.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	15	132	18	135
Bancos conta movimento	148	208	2.968	2.149
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	28.398	8.404	35.265	18.091
	28.561	8.744	38.251	20.375

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por:

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Banco Safra	16/11/2020	100% CDI	337	90	337	90
Banco Luso Brasileiro	01/11/2021	104% CDI	21.950	-	21.950	-
Banco Luso Brasileiro	08/03/2021	108% CDI	70	2.268	70	2.268
Banco Luso Brasileiro	01/12/2023	8,25%ANO/252	6.038	6.036	6.038	6.036
Banco Itaú	27/03/2020	97,5% CDI	4	3	4	3
Caixa Econômica Federal	30/06/2020	98% a 95% CDI	-	-	6.867	9.694
Outros Bancos	-	-	-	7	-	-
			28.398	8.404	35.265	18.091

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes no consolidado são substancialmente representadas, integralmente, por recebíveis decorrentes de comercialização de espaços publicitários por suas sociedades controladas, e na controladora está basicamente representado por serviços de intermediação de negócios realizadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	2.292	2.369	41.523	34.587
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(621)	(859)
	2.292	2.369	40.902	33.728

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Aging das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A Vencer	2.292	-	32.869	22.520
Vencidos até 30 dias	-	-	4.559	-
Vencidos há mais de 30 dias	-	-	44	6.873
Vencidos há mais de 60 dias	-	-	142	533
Vencidos há mais de 90 dias	-	-	3.406	288
Vencidos há mais de 120 dias	-	-	502	2.004
Vencidos há mais de 180 dias	-	2.369	-	2.369
	2.292	2.369	41.522	34.587

Movimentação da PCLD:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(894)	(712)
Adições - PCLD	-	-	-	(1.032)
Recebimentos	-	-	273	885
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(621)	(859)

O critério para registro da provisão para devedores duvidosos é através da análise de inadimplência e risco de crédito de forma individual por cliente onde considera os seguintes termos: histórico de perda e andamento das negociações para títulos vencidos. Para os títulos vencidos há mais de 90 dias que não foram provisionados, em sua maioria, foram firmados acordos para recebimento.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Empréstimos - partes relacionadas

Parte Relacionada - A receber	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	Sem encargos	31/01/2019	-	4.718	-	4.718
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	2,45 % a.a. + Libor	Sem vencimento	2.465	-	2.465	-
Ótima Brasil S/A	Mútuo	referenciada 3 meses + VC	31/03/2019	-	57	-	-
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A	Mútuo	125% CDI + CETIP	10/01/2019	1.402	1.240	-	-
Viseu Investimentos Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	42	41	42	41
Santa Amélia Participações S.A.	Mútuo	2,45 % a.a. + Libor	Sem vencimento	-	8.662	-	8.662
		referenciada 3 meses + VC	Sem vencimento	3.909	14.718	2.507	13.421
			Circulante	1.402	14.677	-	13.380
			Não circulante	2.507	41	2.507	41
Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Rede Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.	Mútuo	125% CDI + CETIP	Sem vencimento	-	-	1.344	1.247
Kalitera Engenharia Ltda.	Mútuo	Sem encargos	31/12/2020	-	-	457	431
				-	-	1.801	1.678
			Circulante	-	-	-	-
			Não circulante	-	-	1.801	1.678

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

7.1. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	394.752	345.081	379.518	343.265
Mais-valia de ativos a valor justo	(7.129)	(7.129)	(7.129)	(7.129)
	387.623	337.952	372.389	336.136

7.2. Passivo a descoberto em investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo a descoberto em investimentos	14.287	22.777	14.287	12.030
	14.287	22.777	14.287	12.030

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.3. Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valia de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	243.390	224.439	(7.129)	(7.129)	236.261	217.310
RC Participações S.A. (*)	61.108	59.273	-	-	61.108	59.273
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	32.592	29.949	-	-	32.592	29.949
Ótima Brasil S/A.	2.784	1.817	-	-	2.784	1.817
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	6.892	6.618	-	-	6.892	6.618
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	10.637	7.111	-	-	10.637	7.111
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	-	1.451	-	-	-	1.451
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	248	240	-	-	248	240
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	19	-	-	-	19
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	15.838	10.206	-	-	15.838	10.206
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	994	-	-	-	994	-
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	12.450	-	-	-	12.450	-
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	7.819	3.958	-	-	7.819	3.958
	394.752	345.081	(7.129)	(7.129)	387.623	337.952

(*) Empresa detentora de 43,08% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A.

7.4. Composição do passivo a descoberto em investimentos

	2019	2018
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	-	10.747
TVO Publicidade S.A.	5.365	5.238
OM Linha 6 Participações S.A.	8.922	6.784
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	-	8
	14.287	22.777

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.5. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controlada												
Ótima Brasil S.A.	6.376.777	5.949.405	100,00%	99,99%	8.088	8.034	5.304	5.848	2.784	2.186	541	1.105
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A.	29.952.633	29.952.633	76,35%	76,35%	228.379	234.809	212.073	248.884	16.306	(14.076)	30.381	20.135
Controlada em conjunto												
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	909.756	881.618	427.591	438.128	482.166	443.490	101.237	54.187
Coligadas												
RC Participações S.A.	54.353.563	54.353.563	66,67%	66,67%	96.013	92.401	4.355	3.496	91.657	88.905	81.522	8.548
OM Linha 6 Participações S.A.	15.021.770	15.021.770	30,00%	30,00%	384	44	30.122	22.649	(29.738)	(22.613)	(2.348)	(20.315)
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	20.967	15.956	6.902	2.450	14.066	13.506	3.149	5.740
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	26.908	18.827	5.201	4.315	21.707	14.512	17.195	10.142
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	-	490.000	-	49,00%	-	5.601	-	2.639	-	2.962	-	815
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	1.296	684	789	193	507	491	16	45
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	24.500	-	49,00%	-	40	-	1	-	39	-	(7)
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	-	24.500	-	49,00%	-	4	-	21	-	(17)	-	(51)
CPA Centro de processamento de Alumínio Ltda.	5.145.000	5.145.000	49,00%	49,00%	22.689	15.683	6.732	7.604	15.957	8.079	5.057	2.119
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	2.772	2.604	28.580	27.797	(25.808)	(25.193)	(271)	(112)
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	1.780.992	1.642.365	1.563.707	1.442.705	217.285	199.660	197.282	151.056
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	-	-	20,00%	-	209.823	-	204.855	-	4.968	-	2.332	-
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	771.654	709.601	676.589	648.342	95.065	61.259	60.133	(7.716)

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.6. Movimentação dos investimentos

Empresa	Participação	2017 (reapresentado)	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	(Baixa)	Distribuição de lucros	Mutações	2018
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	199.340	26.551	(3.681)	-	-	(4.900)	-	217.310
RC Participações S.A.	66,67%	54.857	5.699	-	20	-	(1.354)	51	59.273
OM LINHA 6 S.A.	30,00%	(2.546)	(6.095)	-	1.857	-	-	-	(6.784)
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	3.805	2.813	-	-	-	-	-	6.618
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	2.142	4.969	-	-	-	-	-	7.111
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	49,00%	1.052	399	-	-	-	-	-	1.451
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	218	22	-	-	-	-	-	240
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	49,00%	22	(4)	-	-	-	-	-	18
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	49,00%	(3)	(25)	-	20	-	-	-	(8)
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	(1.979)	1.038	-	4.900	-	-	-	3.959
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.509)	(23)	-	-	-	-	295	(5.237)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	(26.120)	15.372	-	-	-	-	-	(10.748)
ViaQuatro	15,00%	45.232	22.658	(263)	-	-	(37.679)	-	29.948
Ótima Brasil	100,00%	(1.074)	1.107	-	1.786	(1)	-	-	1.818
Via Mobilidade	16,66%	-	(1.285)	-	11.491	-	-	-	10.206
		269.437	73.196	(3.944)	20.073	(1)	(43.933)	346	315.175
Classificado como investimentos		306.668							
Classificado como passivo a descoberto em investimentos									

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.6. Movimentação dos investimentos--Continuação

Empresa	Participação	2018	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2019
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	217.310	49.606	(871)	-	-	(29.784)	-	236.261
RC Participações S.A.	66,67%	59.273	5.144	(1.141)	147	-	(2.267)	(49)	61.107
OM LINHA 6 S.A.	30,00%	(6.784)	(704)	-	159	-	-	(1.592)	(8.921)
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.618	6.645	-	-	-	(6.370)	-	6.893
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	7.111	8.425	-	-	-	(4.900)	-	10.636
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	49,00%	1.451	-	-	-	(1.451)	-	-	-
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	240	8	-	-	-	-	-	248
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	49,00%	18	-	-	-	(18)	-	-	-
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	49,00%	(8)	-	-	25	(17)	-	-	-
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	3.959	2.478	-	-	1.452	-	(69)	7.820
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.237)	(56)	-	-	-	-	(72)	(5.365)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	(10.748)	23.196	-	-	-	-	-	12.448
ViaQuatro	15,00%	29.948	29.592	(426)	-	-	(26.522)	-	32.592
Ótima Brasil	100,00%	1.818	541	-	427	-	-	-	2.786
Via Mobilidade	16,66%	10.206	10.018	-	3.336	-	(7.722)	-	15.838
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	-	(466)	-	1.460	-	-	-	994
		315.175	134.427	(2.438)	5.554	(35)	(77.565)	(1.782)	373.336
Classificado como investimentos		337.952							387.623
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(22.777)							
		<u>315.175</u>							<u>373.336</u>

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Petrobras	104	-
Vale S.A.	55	-
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	2.267	1.590
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	8	17
	2.973	2.146

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Execução de garantia Move São Paulo (i)	156.799	143.723	156.799	143.723
Adiantamentos	23.942	3.715	23.942	3.715
Caruana	414	596	414	596
OM Linha 6 Participações	1.113	-	1.113	-
Outros	144	30	2.387	487
	182.411	148.064	184.654	148.521
Circulante	24.499	4.341	26.742	4.798
Não circulante	157.912	143.723	157.912	143.723

- (i) Contratação de empréstimo ponte com o BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em reais, com encargos correspondentes a TJLP + 3,00% a.a. até 30/06/2017 e de TJLP + 3,20% a.a. a partir de 01/07/2017, com vencimento de juros a cada três meses e vencimento da amortização em única parcela prevista e renegociada para março de 2018. Esta operação de crédito foi liquidada com o BNDES em março/2018 a partir da execução de garantias, sendo então assumido dívidas diretamente com os credores executados em fiança, incluindo Bancos Credores e Partes Relacionadas, com os encargos correspondentes a SELIC + 2,95% a.a. para os Bancos Credores, vencíveis juntamente com o principal da dívida, e sendo definido um acordo de compromisso de não execução judicial ou extrajudicial ("Stand Still").

10. Imobilizado

	Vida útil (anos)	Controladora			
		2019		2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	60.169	(40.197)	19.973	25.990
Veículos	5	134	(118)	15	42
Outros	10	2	(1)	1	1
		60.305	(40.316)	19.989	26.033

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Vida útil (anos)	Consolidado			
		2019		2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	60.169	(40.197)	19.973	25.990
Veículos	5	134	(118)	15	42
Abrigos	12 a 25	133.259	(33.851)	99.408	105.383
Outros	10 a 20	29.905	(10.067)	19.838	20.258
		223.467	(84.233)	139.234	151.673

Em abril de 2013, a Companhia adquiriu uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger, no valor de R\$ 60.169, que está alienada ao Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Induscar, CAIO México, CAIO Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$30 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$150 milhões).

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Aeronave	Veículos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018, líquido	32.007	69	1	32.077
Depreciação	(6.017)	(27)	-	(6.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.990	42	1	26.033
Custo	60.169	134	2	60.305
Depreciação acumulada	(34.179)	(92)	(1)	(34.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2018, líquido	25.990	42	1	26.033
Depreciação	(6.017)	(27)	-	(6.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.973	15	1	19.989
Custo	60.169	134	2	60.306
Depreciação acumulada	(40.197)	(118)	(1)	(40.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2019, líquido	19.973	15	1	19.989

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado				Total
	Aeronave	Veículos	Abrigos	Outros	
Saldo em 1º de dezembro de 2018, líquido	32.007	69	111.404	16.486	159.966
Adição	-	-	-	7.351	7.351
Baixa	-	-	(126)	(284)	(410)
Transferências	-	-	942	(942)	-
Depreciação	(6.017)	(27)	(6.837)	(2.353)	(15.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.990	42	105.383	20.258	151.673
Custo	60.169	134	133.342	27.759	221.404
Depreciação acumulada	(34.179)	(92)	(27.959)	(7.501)	(69.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2018, líquido	25.990	42	105.383	20.258	151.673
Adição	-	-	-	5.774	5.774
Baixa	-	-	(1.978)	(2.061)	(4.039)
Transferências	-	-	1.897	(1.897)	-
Depreciação	(6.017)	(27)	(5.894)	(2.236)	(14.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.973	15	99.408	19.838	139.234
Custo	60.169	134	133.259	29.905	223.467
Depreciação acumulada	(40.197)	(118)	(33.851)	(10.067)	(84.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2019, líquido	19.973	15	99.408	19.838	139.234

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Controladora	
	Direito de Concessão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	207.558	207.558
Amortização	(10.064)	(10.064)
Saldo contábil	197.494	197.494
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(10.064)	(10.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	197.494	197.494
Amortização	(10.064)	(10.064)
Saldo contábil	187.430	187.430
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(20.128)	(20.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	187.430	187.430

Em 2017, a Companhia aumentou sua participação acionária na investida OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. em 58,7% das ações da investida e adquiriu 100% das ações da OTIMA Brasil S.A.

Após laudo de PPA, foi constatado que a aquisição gerou um ganho de R\$ 47.868 mil como resultado de avaliação de sua participação detida antes da combinação de negócios ao valor justo e mais valia de R\$ 87.081 atribuído ao valor justo da nova participação, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

O ganho sobre compra vantajosa foi alocado através do laudo de PPA, e o critério utilizado para sua amortização tem como base o tempo de concessão.

A OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. mantém um contrato de 25 anos de concessão com a Prefeitura de São Paulo para reformar e trocar pontos de ônibus e abrigos e a OTIMA Brasil S.A. tem contrato com o poder público municipal do Rio de Janeiro por 15 anos para manter os pontos de ônibus da região do Porto Maravilha.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

	Marcas e patentes	Software	Direito de outorga	Implantação SAP B1	Sistema de Métricas OOH	APP	Direito de uso	Direito de concessão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	129	1.196	28.000	398	1.650	610	-	207.558	239.541
Aquisições	-	140	-	524	934	14	-	-	1.612
Transferência	-	806	-	(806)	-	-	-	-	-
Amortização	(6)	(375)	(1.400)	-	(451)	(123)	-	(10.064)	(12.419)
Saldo contábil	123	1.767	26.600	116	2.133	501	-	197.494	228.734
Saldo de custo	153	2.685	35.000	116	2.584	624	-	207.558	248.720
Amortização acumulada	(30)	(918)	(8.400)	-	(451)	(123)	-	(10.064)	(19.986)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123	1.767	26.600	116	2.133	501	-	197.494	228.734
Adoção inicial (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	3.607	-	3.607
Aquisições	7	1	-	8	163	339	-	-	518
Amortização (a)	(6)	(362)	(1.400)	-	(683)	(123)	(1.002)	(10.064)	(13.640)
Saldo contábil	124	1.406	25.200	124	1.613	717	2.605	187.430	219.219
Saldo de custo	160	2.686	35.000	124	2.746	965	3.607	207.558	252.846
Amortização acumulada	(36)	(1.279)	(9.800)	-	(1.134)	(247)	(1.002)	(20.128)	(33.626)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	124	1.407	25.200	124	1.612	718	2.605	187.430	219.219

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

a) Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2019	2018	2019	2018
Nota promissória comercial	Aval	Banco Alfa	CDI + 3,15% a.a.	Out/19	-	15.227	-	15.227
Nota promissória comercial	Aval	Banco Alfa	CDI + 3,15% a.a.	Nov/19	-	17.764	-	17.764
Nota promissória comercial	Aval	Banco Alfa	CDI + 3,15% a.a.	Nov/21	19.416	17.764	19.416	17.764
Capital de giro	Aval	Santander	CDI + 3,165% a.a.	Jan/19	-	25.086	-	25.086
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,9178% a.a.	Nov/23	72.763	69.908	72.763	69.908
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,59% a.a.	Jan/24	49.615	-	49.615	-
Financiamento - FINISA	Depósitos bancários e cessão de direitos creditórios	Caixa Econômica	CDI + 2,5% a.a.	Dez/22	-	-	165.217	205.339
					141.794	145.749	307.011	351.088
				Circulante	18.185	40.312	62.120	80.141
				Não circulante	123.609	105.437	244.891	270.947

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	141.795	145.749	307.012	351.088
Total da dívida	141.795	145.749	307.011	351.088
Caixa e equivalentes de caixa	(28.561)	(8.744)	(38.251)	(20.375)
Total da dívida líquida	113.234	137.005	268.760	330.713

	Controladora			
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida	
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018		62.471	(18.025)	44.446
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de novos empréstimos		145.056	-	145.056
Pagamento de principal		(56.406)	-	(56.406)
Pagamento de juros		(10.335)	-	(10.335)
Outros		(1)	9.281	9.280
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Apropriação de juros		4.964	-	4.964
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018		145.749	(8.744)	137.005
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019		145.749	(8.744)	137.005
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de novos empréstimos		44.304	-	44.304
Pagamento de principal		(57.500)	-	(57.500)
Pagamento de juros		(8.296)	-	(8.296)
Outros		-	(19.817)	(19.817)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Apropriação de juros		10.847	-	10.847
Variação cambial		6.691	-	6.691
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019		141.795	(28.561)	113.234

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	283.417	(18.277)	265.140
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	147.147	-	147.147
Pagamento de principal	(74.721)	-	(74.721)
Pagamento de juros	(27.979)	-	(27.979)
Outros	724	(2.098)	(1.374)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	22.500	-	22.500
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	351.088	(20.375)	330.713
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	351.088	(20.375)	330.713
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	44.304	-	44.304
Pagamento de principal	(97.951)	-	(97.951)
Pagamento de juros	(23.292)	-	(23.292)
Outros	-	(17.876)	(17.876)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	26.171	-	26.171
Variação cambial	6.691	-	6.691
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	307.011	(38.251)	268.760

(a) A controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. está sujeita as garantias (*covenants*) relacionadas abaixo:

- (1) Manter em todo o período de amortização o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – “ICSD” igual ou superior a 1,3 anualmente;
- (2) Manter depósitos bancários vinculados (Nota 7) para fazer face ao serviço da dívida para os próximos 6 meses;
- (3) Cessão de direitos creditórios dos seus recebíveis em garantia para a instituição financeira.

Conforme disposto no contrato de financiamento, o não cumprimento das obrigações acima permite ao credor exigir o pagamento imediato da dívida. No entanto, conforme mencionado na Nota 1 (c), a Companhia possui pleito em andamento junto à instituição financeira credora Caixa Econômica Federal, para negociar determinadas condições, bem como repactuar os *covenants* mencionados acima e acredita que terá êxito na obtenção da carta de consentimento (*waiver*).

Até a emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não foi notificada pela instituição financeira credora sobre o vencimento antecipado da dívida, e caso venha receber tal notificação, a Companhia e seus acionistas terão o prazo de cura contratual de 90 dias contados do recebimento daquela notificação.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a pagar	1.110	153	1.110	2.038
	1.110	153	1.110	2.038

14. Provisões e contingências

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para contingências (i)	-	4.038	-	4.038
Comissão à agência (ii)	-	-	1.500	12.221
Manutenção corretiva (iii)	-	-	3.069	2.359
Comissões e incentivos à agências	-	-	360	474
Taxa de fiscalização de anúncio - TFA	-	-	273	260
Receita diferida	-	-	61	-
Outras (iv)	-	-	1.426	191
	-	4.038	6.689	19.543

- (i) A Companhia possuía um processo administrativo em andamento relacionado a rateio de despesas tramitando em Tribunal Arbitral cuja probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos da Companhia era possível e o eventual montante envolvido era de R\$18.084, o qual representava 1/3 do valor da discussão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração, consubstanciada na opinião dos assessores jurídicos, entendeu que uma provisão para contingência relacionada ao assunto mencionado anteriormente se fazia necessária, tendo em vista que, em provável chance de condenação, a perda se dará no valor histórico acrescido da correção monetária e juros desde o requerimento da arbitragem, ou seja, junho de 2013. Em 31 de julho de 2019, após sentença de condenação A e B, a Companhia realizou a liquidação da contingência referente ao processo arbitral através de pagamento no valor total de R\$ 5.593.

- (ii) As agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de comissão de acordo com o volume de vendas atingido. Trimestralmente ou anualmente, conforme regido em cada contrato, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida. O saldo da provisão corresponde à apuração do último trimestre do ano.
- (iii) De acordo com seu plano de manutenção, a Companhia faz a inspeção física do seu acervo de abrigos, painéis e totens, constituindo com base no estado de deterioração desses equipamentos, uma provisão para a troca das peças ou componentes avariados, essencialmente vidros.
- (iv) Na rubrica "outras" estão registradas provisões, em sua maioria de natureza operacional. As principais estão descritas sua natureza e saldo, a seguir: provisão referente a gastos de manutenção R\$(473), provisão para baixa de estoques R\$(185), provisão reestruturação R\$(448), demais provisões R\$(870).

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação no capital em reais</u>	<u>Participação em %</u>
AMARANTE Participações Ltda.	123.666.667	123.666	33,33%
SERPA Participações Ltda.	123.666.667	123.667	33,33%
MJR Participações Ltda.	123.666.667	123.667	33,33%
	371.000.001	371.000	100,00%

b) Reserva legal

A reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício.

	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	105.442	49.323
Exclusão de ganho de mais-valia		-
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	105.442	49.323
Constituição da reserva legal (5%)	(5.272)	(2.466)
Base de cálculo dos dividendos	100.170	46.857
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	25.042	11.714
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Controladora	
	2019	2018
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	105.442	49.323
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	371.000	371.000
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	0,28	0,13

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de prestação de serviços				
Prestação de serviço de veiculação	-	-	212.104	192.203
Prestação de serviço de intermediação de negócios	2.180	-	2.180	-
	2.180	-	214.284	192.203
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre serviços prestados	(311)	-	(26.444)	(23.955)
	1.869	-	187.840	168.248

17. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal de operações	-	-	(6.984)	(7.103)
Manutenção, limpeza e conservação de abrigos	-	-	(47.157)	(40.937)
Depreciação e amortização	-	-	(11.250)	(10.783)
Outorga fixa mensal	-	-	(15.305)	(14.668)
Outros gastos	-	-	(3.616)	(4.492)
	-	-	(83.412)	(78.253)

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(767)	(690)	(14.015)	(17.876)
Despesas com depreciação	(6.044)	(6.044)	(7.945)	(7.324)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(2.322)	(979)	(2.322)	(979)
Despesas com aeronave	(7.712)	(4.874)	(7.712)	(4.874)
Outras despesas	(2.607)	(1.049)	(9.339)	(6.711)
	(19.452)	(13.636)	(41.333)	(37.774)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais				
Ganho em compra vantajosa	-	1	-	1
Direito garantia investimento	-	1.809	-	1.809
Dividendos e lucros recebidos	168	112	168	112
Outras receitas operacionais	3.209	951	3.209	951
	3.377	2.873	3.377	2.873
Outras despesas operacionais				
Amortização de ativo intangível	(10.064)	(10.064)	(10.064)	(10.064)
Outras despesas operacionais	(2.545)	(329)	(2.545)	(329)
	(12.609)	(10.393)	(12.609)	(10.393)
	(9.232)	(10.393)	(9.232)	(10.393)

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.180	645	2.708	1.718
Venda de ações	-	297	-	297
Juros sobre mútuos (Nota 6)	840	859	678	634
Juros sobre capital próprio de investida	247	137	247	137
Variação monetária ativa	13.080	257	13.080	257
Variação cambial ativa	16.439	7.455	16.439	7.600
Outras	386	2	686	154
	32.172	9.652	33.838	10.797
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(44)	(153)	(156)	(218)
Venda de ações	(1.089)	-	(1.089)	-
Juros sobre empréstimos bancários	(10.847)	(4.964)	(26.593)	(22.500)
Variação monetária passiva	-	(226)	-	(237)
Variação cambial passiva	(22.201)	(5.637)	(22.201)	(5.637)
Comissões de fiança	-	(1.018)	-	(1.018)
Outras	(161)	(371)	(1.128)	(1.645)
	(34.342)	(12.369)	(51.167)	(31.255)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo de tributo diferido				
Diferenças temporárias:				
Provisão para comissão de vendas	-	-	673	851
Outras provisões	-	-	2.102	1.153
Provisão para devedores duvidosos	-	-	192	285
	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	-	-	25.779	30.944
Custo de transação de empréstimos	-	-	(710)	(913)
Outros	-	-	(1.057)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)	-	-	26.979	31.194
Passivo de tributo diferido				
Ganho compra vantajosa	45.892	45.892	45.892	45.892
	45.892	45.892	45.892	45.892
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	45.892	45.892	45.892	45.892

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação de alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	105.442	49.323	128.538	64.634
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(35.850)	(16.770)	(43.703)	(21.976)
Equivalência patrimonial	45.705	24.887	37.763	19.284
Variação cambial	(1.959)	618	(1.959)	618
Dividendos recebidos	57	38	57	38
Juros sobre capital próprio	84	47	56	47
Outras adições e exclusões	(56)	(2.793)	(146)	(2.534)
Crédito tributário não constituído	(7.981)	(6.027)	(7.978)	(6.027)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	(15.910)	(10.550)
Alíquota efetiva	-	-	12%	16%
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(11.695)	(5.033)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(4.215)	(5.517)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	(15.910)	(10.550)

c) Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais a compensar no valor-base de R\$ 23.805 e R\$17.985. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos na controladora com relação a esses valores, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de liquidez--Continuação*

	Controladora	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	18.185	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	123.610	147.694
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25.042	-
Outras a pagar	1.110	1.110
	<u>167.947</u>	<u>148.804</u>

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	62.120	65.977
Empréstimos e financiamentos - não circulante	244.892	260.099
Fornecedores e contas a pagar	25.459	-
Empréstimos - partes relacionadas	1.744	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25.114	-
Adiantamento de clientes	2.433	-
Outras a pagar	1.110	-
	<u>362.872</u>	<u>326.076</u>

b) *Risco de mercado*

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2019, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

c) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

Controladora

Exposição patrimonial		Cenários						
Ativos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2019	I - Provável	II - 25%	III -50%	IV -25%	V - 50%
Banco Safra	337	Variação do CDI	5,96%	20	5	10	(5)	(10)
Banco Luso	21.950	Variação do CDI	6,20%	1.361	340	680	(340)	(680)
Banco Luso	70	Variação do CDI	6,44%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso	6.038	Variação do CDI	6,45%	389	97	195	(97)	(195)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	5,81%	-	-	-	-	-
	<u>28.399</u>			<u>1.774</u>	<u>443</u>	<u>887</u>	<u>(443)</u>	<u>(887)</u>

Exposição patrimonial		Cenários						
Passivo financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2019	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V - (50%)
Banco Alfa	19.416	Variação do CDI	6,15%	1.194	299	597	(299)	(597)
Banco Santander	49.616	Variação do CDI	6,23%	3.091	773	1.546	(773)	(1.546)
Banco Santander	72.763	Variação do CDI	6,25%	4.548	1.137	2.274	(1.137)	(2.274)
	<u>141.795</u>			<u>8.833</u>	<u>2.209</u>	<u>4.417</u>	<u>(2.209)</u>	<u>(4.417)</u>

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado

Exposição patrimonial				Cenários				
Ativos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2019	I - Provável	II - 25%	III -50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Safra	337	Variação do CDI	5,96%	20	5	10	(5)	(10)
Banco Luso	21.950	Variação do CDI	6,20%	1.361	340	680	(340)	(680)
Banco Luso	70	Variação do CDI	6,44%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso	6.038	Variação do CDI	6,45%	389	97	195	(97)	(195)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	5,81%	-	-	-	-	-
Outros	6.867	Variação do CDI	6,40%	439	110	220	(110)	(220)
	<u>35.266</u>			<u>2.213</u>	<u>553</u>	<u>1.107</u>	<u>(553)</u>	<u>(1.107)</u>

Exposição patrimonial				Cenários				
Passivos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2019	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V - (50%)
Banco Alfa	19.416	Variação do CDI	6,15%	1.194	299	597	(299)	(597)
Banco Santander	49.616	Variação do CDI	6,23%	3.091	773	1.546	(773)	(1.546)
Banco Santander	72.763	Variação do CDI	6,25%	4.548	1.137	2.274	(1.137)	(2.274)
Caixa Econômica Federal	165.216	Variação do CDI	8,90%	14.704	3.676	7.352	(3.676)	(7.352)
	<u>307.011</u>			<u>23.537</u>	<u>5.885</u>	<u>11.679</u>	<u>(5.885)</u>	<u>(11.769)</u>

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado abrangente				
Títulos e valores mobiliários	12.300	9.875	19.464	16.382
	12.300	9.875	19.464	16.382
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	28.398	8.404	35.265	18.091
	28.398	8.404	35.265	18.091
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	163	340	2.986	2.284
Contas a receber	2.292	2.369	40.902	33.728
Empréstimos - partes relacionadas	3.909	14.718	2.507	13.421
Dividendos a receber	2.973	2.146	2.973	2.146
Outras contas a receber	182.412	148.064	148.064	148.521
	191.749	167.637	197.432	200.100
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	141.795	145.749	307.011	351.088
Fornecedores e contas a pagar	-	-	25.459	9.853
Empréstimos - partes relacionadas	-	-	1.744	1.679
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25.042	11.970	25.042	11.970
Outras contas a pagar	1.110	153	1.110	2.038
	167.947	157.872	360.366	376.628

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Títulos e valores mobiliários

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Controladora	
				Valor justo em 2019	Valor justo em 2018
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459	3.328	1.935
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985	2.513	2.339
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	6.082	3.984
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1	-	2
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	377	368
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	1.247
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71	-	-
			12.281	12.300	9.875

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Consolidado	
				Valor justo em 2019	Valor justo em 2018
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459	3.328	1.935
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985	2.513	2.339
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	6.082	3.984
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1	-	2
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	377	368
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	1.247
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71	-	-
Outros (a)		30/06/2019	-	7.164	6.507
			12.281	19.464	16.382

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. manteve aplicação financeira no montante de R\$7.164 para fazer face à obrigação de constituição do valor alvo da conta reserva (covenant), o qual estabelece que deverá fazer a retenção em bases mensais correspondente a 1/6 do valor da prestação semestral do contrato de financiamento (Nota 12). As aplicações são do tipo CDB com remuneração entre 98% a 98,5% do CDI.

24. Eventos subsequentes

Aquisição de Investimento

Em Janeiro de 2020 foi adquirido 99,99% de participação no capital da empresa Queluz Participações Ltda., cujo objeto social é a participação acionária em outras sociedades.

Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes--Continuação

Compromisso de garantia

Em 19/03/2020 foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, de sua investida, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., no valor de R\$ 700.000.000,00, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Coronavírus

Em Março de 2020 uma pandemia de COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O impacto global da doença já pode ser observado tanto na economia dos países afetados pela pandemia, quanto na saúde e no dia-a-dia da população em geral. Várias medidas foram tomadas por governantes em busca de amenizar os possíveis danos causados pela situação extrema.

A empresa, por sua vez, já aderiu a medidas preventivas, porém ainda não é possível estimar a magnitude do impacto da pandemia em seus investimentos, e em consequência na situação econômica da Companhia.